

Aos (6) seis dias do mês de março de 2024, reuniram-se no Plenarinho da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, para a 2ª Reunião Ordinária, os membros do Conselho Municipal de Educação: Ana Lucia Rodrigues, Anderson Dias do Rosario, Angela Pereira Branco, Bárbara Princival Cordeiro, Camilla Paola Schwerz, Carolline P. de Araújo Maia, Clície Maria C. Negoseki, Domingas de Fátima C. Amaral, Fabiola Perdigão Flor, Fátima Batistão Machado, Isabel Cristina Z. Trevisan, Juliana Grebe Rosa Ferraz, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Madalena de C. Hitner, Marilza Aparecida P. Teixeira, Marinês Gabriela C. Jarek, Maristela do Rocio Dittert, Rodrigo Cristiano de Oliveira e Rosiani Silva Franchetto. Como convidados: Daniela Medeiros de Oliveira, Carla Agulham, Maria Helena Guedes Tetu, Delma Regiane Furman e Andrey Francisco Ramos. Tendo como pauta: 1- Abertura de Sessão Plenária; 1.1 - Verificação do quórum, faltas justificadas e injustificadas; 1.2 – Carta de desistência, desligamentos; 1.3 - Aprovação da Ata; 2 – Processos Crianças da Educação Infantil: 2.1 - CMEI Vovó Rosária – E.da C.D.G.; 2.2 - CMEI João de Barro Preto D.S.V.; 2.3 – CMEI Otília Teixeira Pinto – C.B.N.; 2.4 - CMEI Sementes do amanhã A.K de S.R e I.M.D.; 3– Alteração Calendário Escolar: 3.1 – Colégio Bom Jesus; 3.2 – Escola Mun. Rural Sagrado Coração de Maria; 4 – Parecer: Pareceres Descritivos 1ºs e 2ºs anos; 5 – Deliberação 01/2024 – CME/SJP – Escola em Tempo Integral; 6- Processos Escolas Particulares: 6.1 – Legacy – Credenciamento e Autorização para oferta da Ed. Inf.; 6.2 – Colméia Montessori – Mudança de quadro societário; 6.3 – Semeando o Futuro Kids – Renovação do Credenciamento e da Autorização; 6.4 – Educarte Kids – Credenciamento e Autorização para oferta da Ed. Inf. e Regimento Escolar; 7 – Ministério Público; 8 – Correspondências recebidas.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação, Ana Lucia Rodrigues, inicia a 2ª Reunião Ordinária do Pleno colocando que houve algumas indicações e troca de suplência, e diz que: “A Bárbara veio, o titular Rodrigo saiu, a Izala virá como suplente da Fátima, mas ainda falta a ata, inclusive, perguntou se poderia vir na reunião, ela pode vir, sim, não há problema, qualquer um pode vir para as reuniões ordinárias, é só as de câmaras que precisa ter o convite, porque geralmente elas são mais sigilosas, porque tem decisões bem importantes.” A Presidente Ana Lucia informa sobre as justificativas quem justificou foram a Stela justificou, a Carmem e o Fabiano Setim. Sobre as substituições a Presidente Ana Lucia informa que: “A Isabel da APAE encaminhou um ofício de que ela vai sair do conselho então entrar a auxiliar que é Valdenira Cristina Afonso, do SINEPE. a Stela vai ser membro do suplente e a Leila, que é a Leila de pais, vem como representante titular do SINEPE, o filho dela passou para uma escola estadual, então ela deixa de ser representação de pais do particular e passa para a representação de pais, Evelin Caroline Betin Araújo, que já estará presente na próxima reunião, da SEMED nós temos o nome da Delma que vem para o Conselho, Júlio César Vieira e a Carla Agulham, ainda falta um, são 4 (quatro) representações, já vamos dialogar, Carol, está faltando um nome, são 4 (quatro) e só veio 3 (três), esses são os representantes, aí nós temos o Fundeb encaminhou um pedido para a representação da Clície e ela já encaminhou a carta de desligamento, nós fizemos a eleição na reunião passada e tinha ficado destinado a Madalena, mas a Madalena nós conversamos, a nossa demanda é grande, então a Dani, se ninguém mais se interessar, a Daniela vem para a Suplência da Marilza pelo Conselho de Educação e não mais a Madalena, porque a Néia já faz esse trabalho do administrativo no Conselho do Fundeb e quando tiver a reunião do Fundeb, não tem ninguém no administrativo do Conselho, e precisa ter, vai que eu esteja viajando, daí o Conselho fica sem ninguém. então eu preciso ter alguém e a Madalena já tem o fórum, a gente foi conversando assim, eu acho que vai ficar uma demanda grande, então nós temos dividido os trabalhos, e aí então, a Daniela se colocou, alguém mais se coloca para vir para o Conselho do Fundeb? Não, OK? Então podemos colocar a Daniela e assim que saia a nomeação dela, nós já fazemos o encaminhamento para o Conselho do Fundeb, certo? E o último que nós temos aqui, o Fábio que encaminhou hoje uma carta pedindo afastamento do Conselho por um período de 4 meses, ele até tinha pensado em se desligar do conselho e

hoje ele acabou encaminhando uma solicitação, ele tem esse direito que está previsto no regimento, então não há problema, assim que sair as nomeações a conselheira que vem do SINEPE, ela passa a responder pela titularidade até o retorno do Fábio. Nós começamos também o curso para gestores da educação, nós temos uma comissão e essa comissão, tem 2 representantes do conselho, estava eu e a Marilza, nós tínhamos falado, até porque como envolve o Fundeb, então a Marilza foi a indicação e a Marilza, resolveu declinar da sua presença na comissão e nós precisamos de um conselheiro, de preferência que esteja no Fundeb, eu não quis indicar, eu olhei a cara da Angela, se já viu ali, né, para vim para essa comissão, para nos ajudar na organização, como você está, se mais ninguém que seja do Conselho do Fundeb não se opor, se a Ângela aceitar, vai ficar eu e você do Conselho, pode ser? Certo, então nós vamos fazer essa indicação, porque tem que sair a portaria com os nomes para ser colocado na comissão de gestores.” A Presidente Ana Lucia passa para a aprovação da ata, e como não houve nenhum retorno com apontamento, “alguém contrário então para aprovar? Ata aprovada por todos.” A Presidente Ana Lucia coloca que a próxima reunião, que será dia 3 de abril, tem um convite da Stella para que seja no Bom Jesus, para que o Conselho possa conhecer o novo colégio, ela quer apresentar para o conselho um novo colégio, ela quer fazer um café para nós e vai ter mimos para o Conselho, então no próximo dia 3 de abril, para o Conselho Municipal de Educação a reunião será no colégio Bom Jesus, alguém contrário? As nossas extraordinárias continuam sendo on-line, nós faremos sempre online, porque às vezes é muito rápido, porque são reuniões mais rápidas para as decisões do conselho, para nós é mais tranquilo.” A Presidente Ana Lucia passa para a próxima pauta sobre os processos de crianças da educação infantil, e diz: “Antes de colocar pra vocês, eu vou colocar a situação que nós temos, já estamos com quase 10 (dez) processos de pedido de famílias, sem contar aquelas estão faltando o documento, o que é que eles estão pedindo agora, que quem é do integral que fique meio período, é isso que nós estamos recebendo de pedido, apresentamos na reunião de Câmara o pedido e nós só aprovamos uma criança, o restante não, vamos conversar ainda, tanto com a unidade, quanto que a unidade converse com as famílias, porque é ela que tem que conversar com as famílias, primeiro, ele fez uma matrícula integral, o município não oferta meio período do 0 (Zero) a 3 (três), então ele é uma criança integral, segundo, se no meio do caminho acontece de surgir como aconteceu da criança autista, é diferente, vai vim com o laudo, está começando uma adaptação, ela está com problemas de alimentação e a gente vai passar isso para a nutricionista, para o setor de alimentação da Secretaria, mas tem já uma orientação. Agora os demais é assim, ó eu sou professora da escola tal de manhã e passei no concurso de Araucária, eu quero tirar a minha filha de manhã, que ela fique de segunda a quinta, meio período e sexta-feira ela fique o dia inteiro, é casa da mãe Joana e da dona Maria mesmo, eu acho que é assim que eles estão pensando, porque é uma situação meio absurda, ou aí a gente até entende, a mãe está grávida e ela tem uma criança no infantil II e uma no infantil IV, Ah, mas eu sei que ela tem que cumprir 6 horas, ela colocou 6 horas que é o obrigatório, no período integral, e aí eu quero tirar meu filho às 2h30. Por mais que tenha lá, dizendo que é obrigatório, que tem o mínimo de quantidade de horas, se a Secretaria colocou estipulou um horário que é das 7:30 às 11:30 ou das 8h até às 17h é esse horário que tem que ser cumprido, porque assim que tem que ser a organização, não é assim, agora todo mundo vai pedir, ó, o horário mínimo está dizendo que é esse, então eu vou cumprir só isso esse, a gente tem que ter um cuidado porque não são pedidos que condizam com as dificuldades realmente do que eu posso oferecer, se for assim nós estamos tirando a vaga de crianças, de famílias que precisavam e que precisariam integral e não está sendo ocupado para esse ficarem meio período, porque a gente coloca para conversar? para ver se essa família não tem condição de ir para o particular, ela pode fazer o horário que ela quer, ela pode até colocar no meio período, ou apareceu um outro pedido da família, que eu como eu não comecei a trabalhar ainda, eu vou começar a trabalhar, eu quero que a minha filha fique de manhã, porque eu vou procurar um emprego que seja noturno e aí à tarde eu fico com ela, a mãe não tem nenhum emprego ainda, mas ela está pedindo para sair

do integral e ficar meio período, porque ela está imaginando que ela vai conseguir um emprego de madrugada, é claro que a gente vai negar, não tem como, não é possível, nós vamos conversar, nós precisamos conversar, porque a gente está vendo assim que a direção de escola não estão conversando com essas famílias, não estão colocando que ao sair do período integral, ela vai perder a vaga integral e no ano que vem, ela vai entrar na lista de espera, porque é um desrespeito muito grande com as famílias que estão esperando, e com a própria prefeitura, Secretaria de educação, porque tem toda uma organização para receber essas crianças no período integral e agora elas querem fazer só meio período, é muito diferente de uma criança com necessidades especiais, isso é diferente, mas para essas famílias quem tem condições, Ah, a mãe quer ir, Ah, vou começar a trabalhar em Araucária, agora ela tem com outro pedido, ela foi solicitar que ela tire às 11:30 para dar tempo dela chegar na outra escola e levar a menina junto, ela não vai ficar com a filha de 2 anos dentro da sala de aula, o que ela vai fazer? ela vai matricular no particular, se ela pode pagar um particular, ela já paga integral, fica em particular e a abre a vaga para quem está precisando.” A Conselheira Carla diz: “Eu compreendo bem, que a gente não pode confundir o espaço educacional do infantil não é estacionamento de crianças, ou não é dentro do apenas cuidar, houve um tempo atrás que chegou a entrar em discussão à possibilidade do direito à criança no meio período, mas mediante aquela mãe que trabalha à noite, que estará em casa, aí tem toda uma pesquisa de contexto e até de adequação por conta dos territórios, mães que trabalham em hotéis, mães que tentam o terceiro turno em fábricas, dentro do direito da criança isso já passou em algumas pautas, em alguns encontros, de que com o tempo e com o amadurecimento da comunidade a gente possa discutir nas instâncias e no seguimento essa visão, porque a partir do momento que o pedagógico é manhã e tarde e não existe uma separação, então a gente começa a entender que dentro do direito, possa entrar no meio período, mas não nesse sentido, porque o que a Ana trás aqui, né, Ana? É bem equivocado, com o passar do tempo e com o que a gente vem percebendo de quem faz as terapias, por exemplo, a comunidade questiona, né? Não quer saber? Ah, se tem diagnóstico e faz terapia todas as manhãs, mas à tarde está lá no CMEI, agora quem não tem diagnóstico, tem alguns pais que questionam, realmente, olha, não tem diagnóstico, mas eu posso ficar com o meu filho de manhã porque o meu turno é totalmente diferenciado, então, eu peço e eu não participei ainda de nenhum encontro da Câmara do infantil, quando puder que a gente realmente coloque em pauta que com o tempo, de repente colocando num planejamento realmente de trabalho, com comunidade, na possibilidade de uma consulta pública, ou em alguns momentos de fórum da educação infantil que a gente poderia estimular, trabalhar sim, mas num outro movimento, num movimento realmente de conscientização das comunidades dos territórios com esse cuidado, porque os pais que trabalham durante a noite e não vêem seus filhos durante o dia, por exemplo, do integral, é só essa colaboração que eu gostaria de colocar, nisso que você traz, Ana, ficou bem equivocado a visão desses pedidos.” A Presidente Ana Lucia coloca que “Sim, porque a gente percebeu que o eles querem deixar as crianças lá como se fosse um estacionamento, não respeitando o que vai ser trabalhado com eles, nós chegamos a cogitar no ano passado, a possibilidade de ter um meio período do 0 (zero) a 3 (três), conversamos com a Sara, mas a Sara disse que não foi possível pensar nessa adequação esse ano pela falta de profissionais, e aí, claro, a primeira coisa que nós vamos fazer é adequar os profissionais, e depois pensar nessa possibilidade de ter um meio período, mas a princípio são poucos pedidos, não sei se vale a pena abrir uma turma, a gente vai olhando assim, eles precisam realmente entender o funcionamento da Educação Infantil, e isso seria realmente feito pela própria unidade quando ela faz as suas reuniões de pais, colocar o que é trabalhado com a criança de 0 a 3, porque eles estão achando que as crianças estão lá só para serem cuidadas é isso, para nós o que chegou é como se fosse exatamente isso, e se for isso, então eles podem procurar outro local para deixar seus filhos e abrir a vaga para quem precisa do período integral, que é uma lista muito grande, não tem como o Conselho ficar abrindo, a nossa dificuldade, eu vou ter uma conversa a Sara já me passou a reunião com os diretores no dia 14,

a gente sabe que esse é um ano político em todos os sentidos, aí eu não vou dizer não, eu vou deixar para o Conselho dizer, e assim a gente recebe telefonema, esse ano está bombando, recebemos e-mail e já respondemos no e-mail que não é possível, não tem uma justificativa plausível, não é possível, porque se depender dos pais é só isso, mas precisa ser conversado, principalmente alertando, porque na hora que alertar que vai perder a vaga no integral e que vai entrar na lista de espera, eu acho que dão para trás, porque eles estão assim, Ah, aí eu sei, quem sabe, Ah, você é que conseguiu, eu acho que eu não vou conseguir, né, porque o conselho não vai deixar, quer dizer, eu vou tentar o não, eu já tenho, então eu vou tentar, vai que o conselho deixa, é assim que estamos sentido, é um desrespeito não só do próprio filho deles, daí aquela criança que vai embora de manhã, à tarde a professora fez toda uma atividade diferenciada, entregou lembrancinha, fez pintura, fez isso, fez aquilo, porque o meu filho não participou dessa atividade? Porque não estava. E por que não fizeram de manhã a mesma coisa? A gente sabe que quem trabalha nas unidades a gente sabe que é exatamente isso, uma que falta no dia já é um escândalo, pense aquela criança que não está naquele período porque acha que tem que fazer com o filho de manhã, o que foi feito com outro à tarde, então só tem realmente uma criança, que é uma criança do CMEI Sementes do Amanhã, até conversei com a Clície que ele tem laudo, apresentei para a Clície o laudo, você conseguiu verificar se ele tem algum atendimento?” A Conselheira Clície responde: “A visita no CMEI foi feita no dia 15 de fevereiro e ele entrou na Unidade no dia 19 de fevereiro, até o momento não chegou ao departamento nenhuma solicitação de encaminhamentos ou de visita ou de orientações que fizessem necessárias para a situação dele, pedi para Ana que entrasse em contato com o CMEI para ver se encaminharam ele para o CAEP, na verdade a gente não conhece a criança para dizer se o que a mãe relatou tem sentido ou tem peso que realmente necessite de um olhar nosso.” A Presidente Ana Lucia diz: “A mãe colocou na solicitação que “Meu filho começou recentemente na creche sementes da manhã no período integral, porém ele é autista, tem toda uma rotina, não está me adaptado por conta do sono, na alimentação ele sempre é alimentado por mim, não está comendo no almoço com outra pessoa na creche, ele toma medicamento à noite, então pela manhã ainda tem efeito do remédio, está sendo difícil de acordar ele, seria possível ir no período da tarde? ela tem o atestado da criança, foi o único pedido que a Câmara aprovou, Marilza, você quer falar alguma coisa?” A Presidente da Câmara de Educação Infantil, Marilza, diz que : “Esse foi o único caso que a gente atendeu, tem uma situação, uma justificativa nesse caso por ele ser Autista, mas também ainda ficamos naquela situação também de verificar a questão da alimentação e se foi pedindo suporte também para o pessoal das nutricionistas, que elas fazem sempre aquele apoio do suporte, mas foi o único que nós aprovamos, os outros 4 casos, inclusive tem um do CMEI Otília que solicitam essas redução de carga horária, entendendo que a gente precisa conversar, hoje eu neguei para uma mãe, ela me mandou mensagem pedindo redução também, a filha do infantil III e queria meio período, esse caso que veio fazendo do CMEI é porque a mãe é professora e o pai trabalha à noite aí eles se organizam numa rotina que tem 2 crianças, uma no infantil II e um menino do infantil IV, então a ideia deles era ficar mesmo período as 2 crianças, para que eles pudessem ir uma única vez no CMEI para buscar, essa foi a justificativa deles, e os demais seguem mais ou menos na mesma linha nesse pedido, para ficar algum tempo com as crianças, temos entendido que está chegando muito pedido desde o ano passado a gente está falando isso, muito pedido em relação ao meio período para os integrais e que isso tem sim uma perda, e ainda tem toda a questão da logística de alimentação que precisaria mexer, tem contrato, então é muito mais complicado isso, ficamos de conversar com as diretoras, para ver o quanto que a gente conversa com as famílias para que eles entendam, que talvez alguma família consiga inclusive se organizar e desista da vaga do CMEI, às vezes acontece, às vezes conseguem se organizar para ficar com a criança o dia todo, outros acabam percebendo que é melhor ficar o dia todo no CMEI, comentei isso com a Ana, no caso do meu CMEI, tenho certeza que eles vão fazer a opção para a criança ficar o dia todo para não abrir mão dessa vaga, o caso do CMEI Sementes do Amanhã também, ficamos na dúvida porque ela tem a

outra criança e está grávida, daqui a pouco nasce o outro bebê e aí ela fica com 2 (duas) crianças o período todo o dia todo, até falamos sobre isso, porque depois ela pode querer voltar essa vaga integral ainda nesse ano, porque as dificuldades com 2 bebês porque serão 2 bebês, a gente já sabe como é.” A Presidente Ana Lucia coloca que: “Enquanto Conselho, lá no Parecer, a gente já coloca para quem foi aprovado o ano passado, de que uma vez para meio período não retorna no mesmo ano agora, acho que vamos ter que ser um pouquinho mais drástico, que não retorne e vai para a lista de espera aí isso vai segurar, na própria deliberação da Educação Infantil, que vai sofrer alterações, vamos pedir para o departamento da Educação Infantil para colocar, uma vez matriculada no integral, permanece integral, a não ser as exceções das crianças com necessidades especiais, no mais, se o município está ofertando o período integral, vou matricular no período integral, se eu quero meio período, o município não tem, aonde eu vou? Para o particular é isso, não tem como fazer hoje, uma quer assim, outra quer assado, não tem como, o município não pode ficar atendendo, não tem como, e aí eu estou tirando de outras que precisam e nesse caso, a gente vai vendo que a família não tem tanta essa necessidade de ficar 8 (oito) horas com a criança no CMEI, tudo bem, é direito de todos, qualquer um poderia ter seu filho matriculado na escola pública, na unidade pública, mas aí vem com um pedido desses, a gente já tem que pensar que talvez você não precisasse mesmo, vamos deixar para quem precisa, alguém contrário dessa autorização? As demais crianças, nós voltaremos a conversar com as unidades para que se reúnam com as famílias, vamos conversar lá com o departamento também, temos passado isso para o departamento de educação infantil, de conversar com as famílias e dar as devidas orientações para que eles repensem, se eu não posso ou se eu vou pegar e vou matricular meio período lá no particular e vou ficar meio período no público, repense nesse caso, se não é mais fácil tirar e colocar no privado, até porque para a criança é bem ruim, de manhã em um lugar, e a tarde vai em outro lugar, o quanto fica difícil isso também para a criança pequena, esses são os casos que nós temos em relação ao processo de crianças.” A Presidente Ana Lucia passa para a próxima pauta e coloca: Nós temos alteração de calendário, o Bom Jesus fez o encaminhamento do calendário, solicitando porque eles tinham 200 dias letivos e com o 20 de novembro eles ficaram com 199, então eles apresentaram sábado, foi só um sábado acrescentado a mais de atividade com as famílias, não está em excesso trabalho aos sábados está de acordo, precisamos saber se o Conselho aprova a alteração, eles vão terminar na mesma data, porém um sábado que eles colocaram a mais para cumprir os 200 dias, e esse é o calendário que eu digo para vocês que ele é regional, na região sul todos que fazem parte do Bom Jesus é o mesmo o calendário, desde que cumpra os 200 dias, para nós está tudo certo, eu perguntei sobre as datas que foram colocadas pela prefeita, por exemplo, quinta-feira Santa eles dão porque é uma escola católica, mas o dia do funcionário público não, eu coloquei porque se vocês tiverem a intenção de parar só porque São José vai estar praticamente quase sem ninguém, é uma opção de vocês, só que vocês vão ter que passar isso para o Conselho, ela disse que não, eles vão abrir, porque a maioria das escolas particulares vão abrir, é um feriado que nem todos dão, Curitiba não dá, servidor público tem, é normal, e nós já temos também os dias 18,19, que é o nosso feriado, tem unidades que no dia 19 vai fechar, mas no dia 18 vai abrir normalmente pelo atendimento das crianças, principalmente do 0 (zero) a 6 (três), os CEIS, eles vão abrir, colocaram isso em calendário, então está aprovado esse também.” “Nós temos a Escola Municipal Rural Sagrado Coração, e aí vem um alerta para nós de que quando o próximo calendário que fizermos para 2025, lembrar dessa região rural que tem a Pascoela, que é feriado na segunda-feira após a Páscoa, sempre no Sagrado Coração de Maria, eles vieram com pedido solicitando a análise do Conselho da possibilidade da inclusão do calendário no ano corrente do feriado local, chamado Pascoela, a reposição foi sugerida para o dia 17, que é conselho de classe, conforme o calendário escolar, bem como a realização do conselho de classe no mesmo dia, no período noturno, das 17 às 19. Eles teriam com as crianças no dia normal e trabalhariam 2 horas. A Pascoela se trata de 1 dia Santo que é tradicionalmente respeitado na cultura ucraniana pelos descendentes adeptos à religiosidade

da igreja católica no rito ucraniano, esta se refere ao dia da ressurreição do senhor, segundo a fé cristã, ressuscitou o terceiro dia após sua morte. Portanto, considerando que a colônia Marcelino, comunidade onde está inserido a Escola Rural Municipal Sagrado Coração de Maria, é a grande parte composta por descendentes ucranianos e preservam essa cultura e frequentam a igreja dessa comunidade, justificamos a solicitação acima mencionada. Foi encaminhado esse pedido, fui conversar com a Cristiane, Diretora do departamento de ensino fundamental, a Unidade encaminhou para nós no e-mail, com cópia para Cristiane, aí a Cristiane já fez a sugestão da SEMED sugerindo que a reposição aconteça no dia 28 de março, data prevista no calendário escolar com o dia letivo, mas de acordo com o decreto nº 5862 de 8/02/2024, será ponto facultativo, Isso quer dizer que na quinta-feira que vai ser quinta-feira Santa que as unidades param, essa unidade vai ter aula normal e na segunda-feira, essa unidade fica sem aula.” A Conselheira Angela pergunta: “Como você conversou com a Cris, vocês conversaram com o transporte escolar sobre isso? E alimentação também?” A Presidente Ana Lucia responde: “Ela só mandou isso para a unidade, com cópia para nós.” A Conselheira Angela coloca: “Isso nos preocupa, porque a zona rural tem o atendimento público tem 100%.” A Presidente Ana Lucia diz: “o alimento até poderia ir, mas a preocupação é mais do transporte, mas podemos ver o que a SEMED resolver a gente traz para a próxima reunião, então a gente não fecha esse a princípio, se der certo, tudo bem, mas nem a própria unidade respondeu sobre o transporte.” A Conselheira Angela pergunta: “Qual foi os dia proposto pela Cris?” A Presidente Ana Lucia responde: “Dia 28 de março porque é quinta-feira Santa, aí eles têm aula normal, mas em 2022 nós fizemos dessa forma, eu tenho certeza, eu disse que iria olhar para ver o documento o ano passado não, como foi pedido para todas as unidades pararem por conta do RLCO e fazer atividade remota, acabou dando certo, não teve problema, mas agora tem só essa aqui e nós teremos que verificar, o que pode se fazer é, elas podem fazer na quinta-feira Santa com os professores e no dia 17, o conselho de classe ter aula normal, porque elas teriam no dia 17 o conselho de classe, não teria aula, aí elas dão aula dia 17, como elas estão propondo.” A Conselheira Maristela coloca: “Não teria nota fechada, está adiantando muito o Conselho, não teria fechado.” A Presidente Ana Lucia diz: “Talvez não, mas aí teria que fazer uma reunião e, para nós que somos pedagogas, tenho conversado sobre isso, o conselho de classe a gente faz nas permanências, geralmente fala, para reunir o grupo, o principal é o final do ano, esse tem que dispensar, os demais a gente acaba usando sempre as permanências para fazer e dia a mais para discussões, para organização de livro de chamada, para correção, tem coisa para fazer, mas se você vê bem pela dispensa, talvez tenha que repensar.” A Conselheira Maristela coloca: “Eu entendo assim, o pré conselho a gente faz desse modo, realmente o primeiro conselho de classe com todo o colegiado é um pouco mais sucinto, porque a gente já fez a fala dos alunos com cada professor sobre o ano anterior, como ele era tal, é mais um iniciar de trabalho que a gente já fez no individual, não é um conselho assim tão, que nem o segundo e o terceiro, o segundo já estamos ajustando e o terceiro a gente bate um martelo, essa sua sugestão achei bem boa, trazer o conselho, antes teria só de conversar com a equipe, deixar bem certinho que questão de nota, tudo vai ser fechado em pré conselho.” A Presidente Ana Lucia concorda e diz: “Exatamente mas o conversar com as crianças é possível, porque de fevereiro até essa data é possível sim, já tem um bom parâmetro das crianças.” A Conselheira Maristela complementa: “Nesse Conselho a gente tem muita coisa a ser discutida, fora essa questão ligada as avaliações, as notas, novo referencial que está aí e várias readequação do referencial, daí foge à questão das notas, às notas deixa para o pré conselho, acho melhor isso do que 2 (duas) horas noturnas.” A Presidente Ana Lucia diz: “Nós não temos mais colocado essa questão de ter o noturno já faz alguns anos, porque quando tinha, há alguns anos atrás, tivemos 1 ou 2 unidades que a gente tinha Conselho de Classe à noite e teve um problema de assalto e as pessoas falavam que elas iriam processar a prefeitura, e não tem segurança nesse evento à noite.” A Conselheira Maristela diz: “Mas entra várias situações, Já aconteceu também de um professor cair numa reunião noturna e não poder fazer o CAT, a gente abre um leque bem mais perigoso.” A Presidente Ana Lucia

coloca: “E se estiver indo embora, sofre um acidente, fica fora do horário de trabalho, temos que realmente pensar nessas questões, até porque os demais estão trabalhando 8 horas e aí eles vão estar trabalhando somente 2 horas, além de ter um feriado a mais do que os demais, Angela? nós vamos só verificar, você já veja com a Cris, eu também vou passar daí se você quiser passar essa sugestão, porque assim, os professores até podem vir, porque não vai mexer nem com transporte nem com alimentação, eles podem ir na quinta-feira e dia 17, ter aula normal.” A Conselheira Juliana diz: “Eu acho que tem previsão de transporte para esse dia.” A Presidente Ana Lucia explica: “Como vai ser uma quinta-feira Santa, ponto facultativo, a prefeitura vai estar fechada é difícil ter o transporte.” A Conselheira Juliana pergunta: “É mais difícil do que seria na data do conselho?” A Presidente Ana Lucia responde: “Exatamente, não tem como.” A Conselheira Juliana diz: “Mas de qualquer forma também tem que conversar, porque não tem a previsão de transporte, lanche desse dia, né?” A Presidente Ana Lucia diz: “É exatamente, é isso que nós não tem como atender, não tem, é impossível, e pensar que os motoristas, eles seguem o calendário escolar, está lá no decreto, se pegar um desses, daí é hora extra, então tem que pensar, está na lei do estatuto dizendo que os motoristas seguem o calendário homologado pelo Conselho, se esse dia quinta-feira Santa foi colocado, aí não tem nem como, já tem, porque nós tínhamos a previsão de colocar como ponto facultativo mesmo, por isso que a gente colocou dias a mais, a Angela então conversa com a Cris, já verifica para bater o martelo e a gente apresenta na próxima reunião, não vai ter problema caso haja alguma dificuldade, mas eles mesmos já sugeriram para dia 17 ter aula normal, só ver a questão da quinta-feira Santa, uma sugestão da diretora de departamento.” A Conselheira Rosiani diz: “Mas se for dia 28, se for o consenso que dia 28 é melhor a reposição, só teremos reunião dia 3 de abril.” A Presidente Ana Lucia responde: “Não tem problema, porque a Secretaria pode fazer uma emergência, uma alteração, e depois passar para o conselho aprovar ou não, isso não é um grande problema, ela vai dialogando com o conselho, que é isso que a secretária faz, já vai conversando sobre isso, no dia 28 pela lei é praticamente impossível fazer reposição com criança, pela lei não tem como quando ela passou para mim, eu também não pensei da questão do transporte.” O Conselheiro Anderson coloca: “Ana, só para registro, até comentei aqui com a Carol, tem a situação dos motoristas, OK? Hora extra, está sendo feito essa troca devido a uma situação religiosa, mas também como está bem descrito ali nem todos, nem todas as crianças elas são da cultura ucraniana e não segue isso, também tem a situação dos profissionais, esses profissionais vão estar trabalhando também em um período onde a Prefeitura vai estar decretando que é um ponto facultativo, teria algumas situações de RH também para esses profissionais caso eles trabalhem num período que foi decretado algo específico, o que isso pode mudar também, porque tem alguns pais que vão falar assim, Ah, mas eu, pela minha cultura católica, eu não gostaria que no dia 25 respeitasse também essa situação da quinta-feira Santa, então como é que poderia ser feito isso através de maneira igual para todos?” A Presidente Ana Lucia diz: “Eu entendo o que você está falando, a questão da religiosidade temos que respeitar, essa é uma questão que a gente respeita, o Adventista coloca as suas atividades, nunca no sábado e nunca na sexta-feira à noite, mas ele põe algumas atividades à noite, menos na sexta porque depois das 18h, eles começam o período de retiro, e colocam no domingo atividades, mas eu concordo com você, aí como entra a questão dos professores também, poderia abrir a escola só para quem não é da religião ucraniana? não dá porque quem é vai lutar pelo seu direito de ter e vai colocar papel dizendo que é feriado nessa data, eu perguntei para a diretora se tudo fecha, ela disse que sim, e os professores não podem trabalhar nesse dia, na segunda-feira, normalmente? porque o calendário a gente pode tirar aulas, mas elas poderiam trabalhar no dia da segunda-feira, já que não pode trabalhar na quinta, mas na segunda elas trabalham, Ah, mas a gente nunca trabalhou, eu disse que iria verificar, daí foi que a Cristiane deu essa solução, mas pensando nisso, talvez ainda seja melhor que elas trabalhem na segunda normalmente internamente na escola, ela ainda falou assim: “ Ah, mas tudo fecha lá”, então mas na escola vocês podem trabalhar internamente, não teria nenhum problema de trabalhar

internamente, a região ali que estaria fechada, então Rosiani e Angela dá para pensar também nessa possibilidade, e verificar se elas trabalham, as crianças são dispensadas, mas elas trabalham normalmente na segunda-feira., vamos verificar para a próxima reunião ou se a gente tiver ainda uma extraordinária, a gente traga isso para o Conselho.” A Presidente Ana Lucia passa para a próxima pauta sobre os Pareceres Descritivos e coloca que : “A Maristela deu um retorno no e-mail de que foi discutido nos núcleos, estava de acordo com os núcleos que foi sugerido pelos profissionais, não houve nenhuma alteração, quem pediu foi eu Alteração quem pediu fui eu, porque quando começa a folha seguinte, não tem o que está escrito e é ruim, é sempre bom que já tenha ali qual trimestre, quando você vira a folha para os pais lerem, eles não vão saber, aí você tem que voltar lá para a primeira para ver o que estava escrito lá no começo, solicitei que aparecesse em cada folha para eles seguirem qual é o componente, o trimestre, essa foi a única sugestão, nós encaminhamos, não houve mais nenhum retorno.” A Conselheira Domingas de Fátima diz: “Conversando com a Dhebora, que está na escola, ela pediu para eu solicitar que em vez de marcar o X fosse clicado na opção, seria mais fácil, por isso que eu coloquei lá.” A Presidente Ana Lucia pergunta: “Mas será que a Dhebora não apresentou isso para o núcleo e o núcleo já bateu o martelo, por exemplo? ela faz parte do núcleo, ela é pedagoga do núcleo, trouxemos a sugestão de todos já fechadas, não que a gente não possa trazer isso aqui, a Rosiani quer responder.” A Conselheira Rosiani responde: “Esse documento foi amplamente discutido com os pedagogos de todo fundamental, cada representante de núcleo levou para a discussão e depois retornou e voltou mais uma vez ainda para a discussão, para depois fechar na comissão, foi fechado o seguinte, ele vai ser para a escola, tem que ser sempre em 2 (duas) vias, para a escola o preenchimento vai ser o ano todo compartilhado online no drive e imprime-se apenas ao final do ano, para os pais a cada trimestre é impressa uma via para ele ficar em casa, lá embaixo na última página de anexo é um protocolo, quando no final do ano imprimir a via para ficar na escola, vai anexar junto o protocolo de que o pai esteve na unidade buscando a cada trimestre a via dele, então vai ser online, no computador, a via da escola e a via do pai tem que entregar todo o trimestre, então vai ser impressa a cada trimestre.” A Conselheira Maristela explica a sugestão da Conselheira Dhebora dizendo que: “Na verdade, era para facilitar a vida, ela colocou essa sugestão nas reuniões de núcleos que o documento viesse para nós nas unidades, clicado, acho que isso nem cabe aqui no conselho, mas que a gente conversa o pessoal da SEMED, o pessoal da tecnologia, que quando ele venha até que ele venha bem formatado e tal, porque desconfigura, quando vem é bem difícil isso ficar configurando e que ele fosse clicável, esse pedido é um pedido assim, caso possa facilitar a nossa vida, porque não?” A Presidente Ana Lucia pergunta: “Mas mesmo que coloque o X, não consegue imprimir do sistema?” A Conselheira Rosiani responde: “Esse clicável e todo o uso da tecnologia já está todo formatado e desenhado na Tagnus, só falta colocar o sistema da Tagnus em ação no ensino fundamental, inclusive, quando você clicar no X no quando não atende o esperado é para abrir uma caixa de texto para o professor digitar ali a justificativa do porquê não atende o esperado, mas depende de colocar o sistema para rodar no fundamental?.” A Presidente Ana Lucia pergunta se há alguém contrário aos Pareceres e se podem aprovar. Ninguém se manifesta contra. Pareceres aprovados. Seguindo para a próxima pauta a Deliberação 01/2024 sobre a Escola em Tempo Integral para Educação Infantil é compartilhada em tela, a Presidente Ana Lucia diz: “Como nós fizemos um documento ano passado, ele foi encaminhado para o governo federal e ele estava autorizando tanto a Educação Infantil quanto o Fundamental, então fizemos umas adequações para a Educação Infantil, nós faremos a leitura em cima do que foi alterado, isso foi encaminhado para vocês também.” A Presidente Ana Lucia faz a leitura dos artigos alterados: “no artigo primeiro acrescentamos o parágrafo único. *“Na Educação Infantil, o atendimento será ampliado gradativamente, iniciando pelo infantil IV, dando continuidade à oferta já existente na modalidade creche, mediante condições de estrutura e funcionamento.”* No artigo 2º somente no inciso 4, então foi colocado incluindo as crianças, porque era *assegurar alimentação, a avaliação da alimentação dos estudantes*, então nós incluímos *das crianças e*

dos Estudantes, para garantir a Educação Infantil, no Artigo 8º que fala *O programa de que trata essa deliberação tem por finalidade*, aí foi incluído o que seria na Educação Infantil, *“ampliar as possibilidades de experiências a partir dos eixos estruturantes da Educação Infantil - interações e brincadeiras - garantindo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se; Alínea b, cultivar os princípios do acolhimento e da escuta, garantindo a indissociabilidade entre cuidar e educar; C- promover o protagonismo, autoria e autonomia das crianças nos espaços internos e externos; D- promover a formação para a sensibilidade, percepção e a expressão das crianças nas linguagens artísticas, literárias e estéticas, aproximando o ambiente educacional da diversidade cultural brasileira, estimulando a sensorialidade, a leitura e a criatividade, promovendo a ampliação de repertórios culturais locais e globais.”* No inciso V, é sobre o ensino fundamental e a única alteração a gente fez, foi no b que fala *alunos*, nós colocamos os *estudantes*, porque agora a linguagem formal é *estudantes*. No artigo 11. *“As unidades de ensino deverão elaborar ou adequar a proposta pedagógica regulamentada no projeto político pedagógico – PPP e no regimento escolar, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Municipal de Educação, que são as da deliberação. Parágrafo único: as orientações referentes à reelaboração/ adequação do regimento fica a cargo da Divisão de Estrutura e Funcionamento de ensino da SEMED, seguindo a Deliberação CME/SJP nº 18/2020, que fala especificamente sobre o regimento.* No artigo 13 e foi incluído o horário, parágrafo único: *“O atendimento será realizado das 7h30 às 17h, com exceção das escolas rurais que fazem horários específicos devido ao transporte escolar.”* Eu coloquei para a Rosiani, que nós tínhamos que colocar o horário e ela lembrou que na escola rural tem o seu horário específico para o transporte escolar. A Conselheira Rosiani coloca: *“Nós temos hoje 2 (duas) unidades que tem um horário diferenciado por causa do transporte, que é a Francisco Xavier e a Papa Paulo VI, que não é uma escola rural, mas depende do transporte.”* A Conselheira Angela acrescenta que: *“A Francisco Xavier por conta de recebimento de recursos e tudo mais junto ao MEC ela é uma Escola Rural, o Papa, não, a única diferença seria o Papa, o nessa situação.”* A Conselheira Rosiani diz: *“Não sei se o texto “Escolas Rurais” atende daí.”* A Presidente Ana Lucia diz: *“Vou colocar assim, ó “O atendimento será realizado das 7h30 às 17h, com exceção das Escolas Rurais e as que fazem horários específicos devido ao transporte escolar”, pode ser? OK, aí o artigo 19, “Tendo em vista a jornada de atividades escolares mínimas de sete horas, a operacionalização do AEE na sala de recursos multinacionais e do Centro Municipal Especializado de Avaliação e Estimulação Precoce – CAEP Professora Marilene Scrippe, deverá ser visitado pela equipe diretiva e pedagógica das unidades que ofertam esse serviço.”* Artigo 21 *“O processo de avaliação das crianças/estudantes matriculados nas Unidades que ofertam Educação em Tempo Integral será realizada: inciso I na educação infantil, através de parecer Descritivo, II no Ensino Fundamental, através de Portfólio e Parecer Descritivo*, nós tínhamos arrumado lá na reunião de Câmara, colocando através do portfólio e ou do parecer descritivo, porém, a Rosiani chamou a atenção de que se ficar assim, algumas unidades podem dizer, então vou fazer só um Parecer Descritivo, não vou fazer o Portfólio, então assim ficou melhor, como é feito na educação infantil e como é feito no ensino fundamental, o ensino fundamental ele tem que fazer os 2 (dois), o portfólio e o parecer descritivo, e o Infantil só o parecer, OK? Aí vamos para o artigo 25, *“O atendimento às crianças e aos estudantes dar-se-á em tempo contínuo, sem que haja fragmentação dos turnos letivos com turmas de no máximo 16 crianças na educação infantil, conforme prevê a deliberação CME/SJP nº02/2019 e de 20 estudantes no Ensino Fundamental.”* Artigo 27, parágrafo primeiro, na educação infantil, *1 (um) professor regente, que será referência para cada 16 crianças, preferencialmente um profissional com ampliação de jornada ou 2 padrões na mesma unidade;* Porque a criança na educação infantil precisa desse profissional que seja uma referência, e que de preferência ele seja o dia inteiro que não tem uma fragmentação no trabalho. *“II. Preferencialmente, um educador social, para cobrir almoço e auxiliar nas demais demandas da turma.”* Se pensou colocar o educador social, nesse aqui, mas tem que colocar preferencialmente porque hoje sabemos que o educador está

virando raridade na Secretaria de educação. “*III um pedagogo, 40 horas, para cada Unidade de Ensino em Tempo Integral*”, só que tem as suas especificidades, não é porque eu tenho uma turma que eu vou ganhar um pedagogo a mais.” O Conselheiro Rodrigo Oliveira coloca: “No texto fala da questão do profissional, preferencialmente, com a ampliação de jornada, acho que a gente tinha que inverter a ordem, por quê? no estatuto do servidor, no artigo 50 fala que essa jornada é excepcional e temporária, se a gente deixar desse jeito, a gente está meio que instituindo o JIS dentro da escola, não pode, seria meio que uma inversão, porque a preferência é 2 padrões e em situações excepcionais, o JIS, na falta do profissional de 2 padrões que a gente sabe que o ideal é que tenha um único profissional para atender essa turma, e na falta do profissional de 2 padrões, o JIS destacando que é em caráter excepcional.” A Presidente Ana Lucia pergunta: “Então alteramos ali conforme a sugestão do Rodrigo?” O Conselheiro Rodrigo diz: “Uma dúvida, um pedagogo 40 horas para cada Unidade de Ensino em Tempo Integral, esse pedagogo ele é além do pedagogo normal que está lá na 920?” A Presidente Ana Lucia responde: “Na verdade, assim, quando colocamos foi pensando, que seja pedagogo de 40 horas e não de 20 horas.” O Conselheiro Rodrigo pergunta novamente: “Eu digo se é um pedagogo além do quantitativo que já está descrito na lei, no decreto 920? tem que mudar esse texto porque lá não é um pedagogo por unidade, é um pedagogo a cada x turmas eu já tinha comentado isso na última reunião, eu só não lembrava o quantitativo, não seria ideal um pedagogo além do que já tem? porque a unidade ela não é 100% em tempo integral, são algumas turmas.” A Presidente Ana Lucia diz: “A gente chegou até a pensar, por exemplo, tem unidades que têm 6 (seis) turmas contando manhã e tarde, a mais, pensamos que poderia ter um pedagogo para esta unidade, um só que atendesse 40 horas, acabamos tirando porque foi uma questão legal, não poderia ter colocado, mas qual é a tua sugestão?” O Conselheiro Rodrigo diz: “Precisamos deixar mais claro isso, o Papa Paulo, por exemplo, Rosiani, sabe dizer quantas turmas tem lá? se eu não me engano tem 2 pedagogos, ela comporta, acho que a gente tinha que deixar isso mais claro ou dizer que é conforme a quantidade de turmas de acordo com o decreto 920.” A Presidente Ana Lucia diz: “O decreto, agora precisa só de um diálogo para ele cair, porque quando saiu a lei do sistema, no mesmo ano, em 2004 no final do ano, e o decreto é do início, quando ele coloca na lei do sistema que quem organiza isso é o Conselho, o decreto praticamente ele já caiu, só que ainda se continua utilizando, o que a gente precisa fazer? é a deliberação colocando a quantidade de turmas e aí pedir a revogação desse Decreto, mas ele praticamente já caiu porque é o Conselho que vai determinar quantas são as turmas para receber o pedagogo, precisamos fazer isso, a Lei do sistema foi criada depois desse decreto, e nessa lei do sistema está dizendo que quem determina isso é o Conselho, claro que São José demorou para a gente começar a utilizar a lei do sistema, assim como outros municípios, o ano passado, o ano retrasado, Araucária e Londrina fizeram isso, fizeram a deliberação colocando para o Ensino Fundamental quantos são os pedagogos, para o Infantil, quantos são os pedagogos, então acho que está precisando fazer isso, quantos são os professores que irão, e aí claro que vai precisar de um estudo junto com o RH, não é simplesmente dizer assim, Ah, nós vamos querer tantos professores, para cada um precisa ter também um estudo, estamos levando até para que se reorganize o município na questão dos profissionais, porque não estamos conseguindo vencer nem o próprio decreto, então a gente precisa primeiro vencer o decreto e ter tudo isso ajustado para poder mexer na lei do sistema, se mexe nela, vai ser pior ainda do que temos agora, até porque temos que seguir o Plano Municipal de Educação, ele diz assim, ó, está dizendo que era até 2025, nós teríamos que ter além do professor regente, o corregente das turmas de primeiro, segundo e terceiro ano, não temos nem o professor regente, quanto menos um professor corregente, quando que a gente ia pensar naquela época que a gente ia chegar nessa situação, mas aí essa situação chegou por vários problemas, um deles é a própria pandemia que fez muita gente largar, deixar de ser professora ou mesmo resolveu se aposentar, qualquer outra situação, mas primeiro a gente precisa regulamentar a principal, que é a falta dos profissionais, qual que é a tua sugestão, Rodrigo? “A gente pode colocar um

terceiro parágrafo em relação a esse quantitativo” O Conselheiro Rodrigo diz: “Ficaria lá, o professor regente que será referência para cada 16 criança, preferencialmente com 2 padrões na mesma Unidade, e em situações excepcionais ou temporárias, nesse caso, seguindo o mesmo texto que está lá no 1525, um profissional com ampliação de jornada.” Aí a parte do pedagogo a gente tinha que discutir como é que ficaria.” A Conselheira Carla sugere: “Para para assegurar, considerando que é uma proposta é diferenciada, eu fiz algumas pesquisas sobre o que tem sido falado, sobre o que o MEC vem tratando nas Lives, como é algo diferenciado, é uma forma diferenciada também entender esse tempo integral, de repente pensar num número de turmas integral para um pedagogo, mas daí esse pedagogo não fica somente naquela escola, ele estaria atendendo um número de turmas.” A Presidente Ana Lucia diz: “Para o Fundamental é tranquilo, porque a quantidade de turmas é grande, mas no Infantil, é uma turminha só de infantil IV, como que vamos colocar um pedagogo a mais?” A Conselheira Carla diz: “A sugestão seria um pedagogo por núcleo ou por região, ou por número de turmas naquela região, e ficaria itinerante.” A Conselheira Rosiani esclarece: “A ideia dos pedagogo 40 horas é para ele poder conhecer um todo, o dia todo daquele estudante dentro da unidade, por isso eu penso que a itinerância não seja uma boa saída, hoje as escolas que têm a educação integral no fundamental as turmas são contadas no todo e entram no decreto, algumas tem pedagogo 40 horas, outras não, as que não têm, a gente tem bastante essa dificuldade da articulação, a intenção de colocar não é nessa, porque Ah, é uma turma a mais para atender, é justamente para ver esse todo, o dia todo do estudante na unidade todos os dias, essa que é a saída que precisa achar.” A Presidente Ana Lucia diz: “Dá para se colocar um pedagogo na unidade de ensino em tempo integral, de acordo com a legislação vigente, acho que isso já completa, porque a legislação que nós temos hoje, a princípio, é essa do decreto, w assim, Carla, não tem como a gente colocar um pedagogo itinerante porque não existe esse cargo de estatuto, e ninguém vai aceitar.” O Conselheiro Rodrigo diz: “A questão principal é não perder profissional da unidade, que às vezes, pega lá uma unidade que tem mais 2, 3 pedagogos e com esse texto acaba tendo um só.” O Conselheiro Anderson diz: “Não é colocando mais lenha na fogueira na fogueira, mas pensando também que uma unidade que vai ter somente um pedagogo, por exemplo, 40 horas, vamos dizer que a unidade daqui um tempo vai ser integral e só vai ter um pedagogo, justamente esse pedagogo venha ser o Diretor, vai entrar uma situação de ter 2 (dois) pedagogos, daí 20 horas então para atender.” A Presidente Ana Lucia responde: “Não, naquele momento ele foi eleito diretor, isso acontece, já temos e é suprido, o que acontece. Os mais antigos são de 20h, tem que abrir o concurso de 20h, porque no plano municipal está dizendo que tem que abrir o de 20h também, nós não abrimos ainda, até porque nós temos uma lista grande de 40h que foi o concurso vigente, mas hoje nós temos pedagogos que são diretores, mas é suprido e fica provisoriamente, a hora que esse voltar vai ter que ver quem fica.” O Conselheiro Anderson diz: “Então seria preferencialmente um pedagogo 40 horas.” A Presidente Ana Lucia responde: “Não é contado como pedagogo o diretor, não é contato, ele deixou aquele cargo para assumir um cargo que ele assinou, foi eleito, então naquele momento ele é diretor.” A Conselheira Maristela sugere: “E se a gente deixasse para quantificar num segundo plano e colocasse assim, ó, prevalência de pedagogo 40 horas a cada unidade de ensino de educação integral sendo que segue a quantidade conforme o porte. Tem a prevalência, para não acontecer de ser 20 horas, conforme foi falado, prevalência de pedagogo 40 horas na unidade de educação de ensino em tempo integral., seguindo a quantidade do mesmo conforme o porte.” A Presidente Ana Lucia responde: “Não, até porque como eu falei para você, temos que cuidar bem a legislação, por isso de acordo com a legislação vigente, atualmente vamos usar o que nós temos e à medida que o conselho for normatizando, aí vai usar a que vai ser vigente e vai ser as outras revogadas e você contempla para não ficar mexendo toda hora, e essa Educação em Tempo Integral não é Educação Integral, isso é bem importante colocar para vocês, não é da Educação Integral que nós estamos falando, estamos falando da Educação em Tempo Integral, em que as crianças ficam 2 (dois) turnos e não são todas as crianças, tem ainda os critérios em relação a

isso.” A Conselheira Domingas de Fátima pergunta: “Essas turmas vão ser contadas como turmas? vai aumentar para ela poder caber dentro da lei, conforme o pedagogo?” A Presidente Ana Lucia responde: “Pela matrícula é contada, por isso Fátima, que a gente respeita a legislação vigente, a legislação vigente está dizendo que nós temos um porte hoje, que é o decreto que está dizendo como que é.” A Conselheira Domingas de Fátima coloca: “Se essas turmas serão contadas com a mais, aí o pedagogo também vai aumentar, acho que só seguir a lei.” A Presidente Ana Lucia diz: “Porque assim, Fátima, aí não cai assim, Ah, a Ana Lucia tem 20 horas, mas ela quer pegar uma Escola em Tempo Integral e quer ser pedagoga lá, a preferência para os 40 horas, pela continuidade, porque hoje ela pode pegar uma ampliação, mas quem disse que vai ser dado uma ampliação para ela.” A Conselheira Domingas de Fátima diz: “Importante é assim, se contou como a turma vai aumentar e a lei a gente vai também estar alterando, porque hoje a de convir que não está batendo, tem pedagogos aí em número muito grande para poucos pedagogos, então isso tem que ser alterado mesmo, e aí essas turmas vão estar inclusas, acho que conforme a lei lá então pode deixar. A Presidente Ana Lucia pergunta: “Venceu o artigo 27? Podemos deixar de acordo com a legislação vigente? Fica, *Um pedagogo para cada unidade de Ensino em Tempo Integral, de acordo com a legislação vigente*, tanto no infantil quanto no Ensino Fundamental, aí garante que pelo número de turmas, vai se criando os pedagogos.” O Conselheiro Rodrigo coloca: “Lá no artigo 28, b, que é justamente está falando do interesse no JIS, eu sou professor, eu não sou da unidade, Ah, mas eu quero fazer JIS, então, aí diz que eu tenho direito de ir para lá, eu acho que o a) já atende o que a gente precisa, docente efetivo, seja o 2 padrões, ou seja, 1 padrão com a necessidade de JIS, excluiria o b.” A Presidente Ana Lucia concorda com a Colocação do Conselheiro Rodrigo. A Conselheira Rosiani diz: “Me surgiu uma dúvida, lá atrás agora com os ajustes da Educação Infantil foi incluso também o Educador Social e na reunião de Câmara que discutiu esse documento, pelo que eu entendi em alguns momentos o educador social vai estar junto na turma, havendo esse profissional, vai estar junto na turma ali para auxiliar no trabalho do professor, terá o professor, mas também terá o educador social, ele não entra aí nessa listagem?” A Presidente Ana Lucia responde: “É verdade, então é assim, toda alteração que a gente fez foi sugestão que veio do Departamento de Educação Infantil, *Poderão atuar nas turmas de Educação em Tempo Integral: os docentes efetivos, os docentes contratados por PSS para suprir as vagas existentes, os estagiários e os educadores sociais*, é isso que está faltando, ótima observação, mas alguma?” A Conselheira Carla diz: “Depurando o enunciado poderão atuar, nas turmas, “atuar”, diante das suas especificidades, porque daí eu tenho do professor ao estagiário, tem algumas questões burocráticas, de regimento do que pode do que não pode diante da especificidade.” A Presidente Ana Lucia coloca: “Podemos tirar “nas turmas” e colocar só “na educação em tempo integral” a especificidade vai de acordo com o... mesmo que fosse “turma” não teria problema, cada um vai dentro da legislação, mas a gente pode colocar, *“Poderão atuar na Educação em Tempo Integral”*, então tira “nas turmas” Mas alguma coisa? OK? então eu acho que podemos aprovar essas alterações, preciso destacar para vocês que a deliberação não vai sair assim com essas correções, como eu coloquei para vocês, ela vai aparecer os artigos de acordo com o que foi alterado, exatamente como aparece uma lei e depois a gente vai fazer essa compilação e publica como deliberação 06/2023, com as alterações da deliberação, 01/2024, a gente copia tudo e coloca OK? Aprovado?” Ninguém se coloca contra a aprovação das alterações. A Presidente Ana Lucia passa para a próxima pauta que é sobre os processos das Escolas Particulares, e diz: “A Escola Legacy solicita o credenciamento para a oferta de educação infantil, está de acordo com a legislação vigente e temos seus documentos conforme nós analisamos, e autorização de funcionamento da mesma escola, Legacy, autorização de funcionamento da instituição para oferta de educação infantil; Colméia Montessori, que está mudando o quadro societário, quer dizer ela vendeu a unidade são novos sócios e tem que apresentar isso para o Conselho, quem são os novos responsáveis pela unidade; O Semeando o Futuro Kids, que é sobre renovação do credenciamento para oferta da educação infantil e a renovação de autorização de funcionamento da instituição para

a oferta da educação infantil; CEI Educarte kids, que tem autorização de funcionamento e credenciamento da instituição para a oferta da educação infantil e o regimento escolar, que veio para nós agora porque estava faltando algum documento na sua regulamentação de funcionamento, estão todas de acordo com uma legislação, podemos autorizar? Alguém contrário? Para quem não conhece o Andrey é o novo chefe da Divisão de Estrutura e Funcionamento de Ensino, quer falar? O convidado Andrey diz: “Boa tarde, prazer estar trabalhando com vocês e obrigado pela pelo espaço, qualquer coisa que precisar o departamento está à disposição de vocês.” A Presidente Ana Lucia segue para a próxima pauta da reunião e coloca que foi recebido uma correspondência do Ministério Público para ciência e conhecimento do Conselho, é sobre o transporte, foi caminhado tanto para a Secretaria quanto para a Prefeitura, questão de transporte escolar. A referida correspondência é compartilhada em tela, “A gente traz para conhecimento do Conselho, que é a determinação do Ministério público para que traga isso para os membros do conselho, tem várias considerações do que é a função do Ministério público e depois vem a recomendação: “Recomendo a chefe do poder executivo municipal de São José dos Pinhais, Senhora Prefeita Nina Singer e ao Secretário de Educação de São José dos Pinhais, Senhor Diego Santin Inoue e seus eventuais sucessores nos cargos.” A Presidente Ana Lucia faz a leitura e coloca: “Trouxemos para o conselho a ciência conforme foi determinado, a Secretaria já recebeu e parece que já respondeu, você quer falar alguma coisa, Ângela, sobre isto?” A Conselheira Angela diz: “A Divisão de transporte Já respondeu e já mandou para publicação, conforme indicado, também recebemos no meio da semana passada, algumas coisas para ser supridas como a questão do monitor é só se a gente terceirizar todas as linhas e aí é uma situação de recursos também porque nós não temos o cargo no Município, estamos tentando estudar uma forma de talvez criar esse cargo de monitor, só que teria que fazer a lei, passar por Câmara e tudo mais, esse ano é inviável, e com relação aos atrasos as situações que aconteceram, porque lá nos considerando fala sobre tudo o que foi publicado e tudo mais, já foi sanada as situações, tem algumas situações pontuais ainda com relação ao tempo de algumas linhas e está sendo feito já o processo de 5 (cinco) novos emergenciais para a gente atender e reduzir esse tempo do aluno dentro do transporte, então a gente vai fazer nesse momento o emergencial e já vai startar o processo licitatório em paralelo para poder fazer essa divisão de rotas e reduzir o tempo, nesse caso do tempo são as nossas crianças do especial que tem um pouquinho mais de demora e tudo mais, e isso, às vezes, acarreta na demora deles chegarem nas unidades, então esse, por enquanto, é o que a gente respondeu para o Ministério público.” A Conselheira Marilza diz: “Ana, você encaminha para o Conselho do FUNDEB?” A Presidente Ana Lucia responde: “Sim, até porque o recurso é do FUNDEB, precisamos fazer o encaminhamento até para pensar junto com a gestão..” A Conselheira Angela diz: “Nós não estamos utilizando recursos do FUNDEB para pagar transporte, como eu tinha colocado na última reunião, estamos pagando 100% do salário com recursos do FUNDEB, tem algumas coisinhas que estão sendo pagas, porque estão empenhados ou estavam antes, que é de consumo, geralmente, ou algum bem permanente, mas o transporte a gente não está empenhando, se tivesse a gente já estava cancelando alguns saldos existentes.” A Presidente Marilza coloca que estava se referindo ao PNATE, Programa Nacional de Transporte Escolar. A Presidente Ana Lucia diz: “Iremos fazer o encaminhamento para conhecimento do Conselho do FUNDEB também, até para trazer sugestões nessa questão gestor para todas as unidades, o Fábio até colocou isso na reunião anterior e ficou de fazer o encaminhamento para que a gente possa colocar também para a gestão.” A Conselheira Fátima complementa dizendo que o Conselho tutelar recebeu esse comunicado e o CMDCA também. A Presidente Ana Lucia coloca que o Conselho irá solicitar a resposta oficial da SEMED para trazer na próxima reunião. Dando seqüência a pauta das correspondências, a Presidente Ana Lucia coloca sobre o primeiro seminário histórico da educação digital, experiências internacionais e caminhos, e que irá colocar no grupo do Conselho, diz também que recebemos uma denúncia para conhecimento sobre as faltas de uma menina do Colégio Estadual Cívico Militar Padre Arnaldo

Jansen que foi encaminhado pelo CRAS daquela região, o conselho tutelar também foi notificado que a menina não tem aparecido na escola é do nono ano, a pedagoga Danielle Rodrigues Padilha, que encaminhou do CRAS Francisco Quirino dos Santos, da cidade Jardim. A Presidente Ana Lucia informa que veio a resposta sobre os recursos financeiros que foram solicitados no início do ano em relação ao FUNDEB, são R\$ 25.000 para os Conselhos da Educação, “se ultrapassar como a Angela já explicou, é suprido, mas a gente vai solicitar que esse ano coloque pelo menos o dobro, a gente quer chegar perto da Secretaria da saúde que são R\$115.000, se não me engano.” A Conselheira Angela diz, que tem ficado saldo lá todos os anos. A Presidente Ana Lucia pergunta: “Nem com as viagens, não supre?” A Conselheira Angela diz: “São 5 (cinco) elementos, é gasto em dois e ficam 3, geralmente os da viagem é usado e os outros quase não utiliza, então enquanto tiver saldos ali, está se entendendo que os 25.000 por ano está suprimindo a necessidade do Conselho.” A Presidente Ana Lucia comenta: “Material do consumo, por exemplo, a gente utiliza bastante.” A Conselheira Angela diz: “mas ainda acaba ficando em alguma outra coisa, tem que controlar essa situação porque enquanto estiver dentro do projeto sobrando os saldos para o exercício seguinte, quando a gente vai fazer a justificativa não consegue justificar para aumentar esse saldo que está dizendo que os R\$ 25.000 por ano está suprido a necessidade dos 3 (três) Conselhos.” A Presidente Ana Lucia pergunta: “Quando a gente pede folha, caneta, aquelas coisas, a Secretaria já encaminha para nós...” A Conselheira Angela responde: “Porque já em estoque ou algo do gênero, a não ser que seja uma coisa totalmente diferente que você vai me solicitar, e que a gente não tem estoque, a gente compra em específico, como foi o caso daquele ano que você pediu a impressora, não tinha, foi feito gasto específico para aquela situação.” A Presidente Ana Lucia diz: “Agora a gente pediu uma colorida, porque a colorida que a gente recebeu não tem ata, então vamos precisar novamente, e outros serviços de terceiros, o que é?” A Conselheira Angela responde: “Esse entra quando com a gente paga as inscrições, por exemplo, 36 é a Pessoa física, vamos supor que o Conselho fizesse alguma palestra e tivesse alguém pessoa física contratada, aí paga-se com esse, o 39 é para a jurídica.” A presidente Ana Lucia diz: “Então nós vamos pedir para comprar um carro para o Conselho, na verdade a gente fez uma solicitação e o secretário não respondeu ainda, porque ele tem que de repente explicar e tudo, mas fizemos o ofício pedindo para que quando precisasse, os conselhos tivessem seu carro, nós pedimos, a alimentação pediu alimentação, o FUNDEB não pediu, na verdade, assim, uma solicitação que a gente está fazendo vendo a possibilidade, se há, não sei se ele entraria, mas com aquele recurso compra.” A Conselheira Angela coloca que: “Ali não entra, porque você não tem o elemento, mas aí a gente compraria se fosse o caso, você poderia mandar a solicitação esse ano antes de fazer a LOA, porque na momento que eu vou fazer a LOA, eu incluo o elemento lá, porque compra de veículo é um outro elemento específico, se í chega essas situações antes, temos como fazer as adequações para fazer um planejamento para o ano que vem de uma compra.” A Presidente Ana Lucia coloca sobre os estudos das Câmaras: “A Câmara de Educação Infantil sobre os centros municipais de educação infantil, precisamos se reunir porque a do Referencial vai ser solicitado o retorno para que elas revejam, e tem a Deliberação da educação infantil, mas não chegou para nós ainda o documento, o que temos de documento que chegou, são os centros, já pode começar com esses estudos, segunda e terça-feira tem o evento da UNDIME, alguns vão para esse evento, então acho que segunda não vamos conseguir, eu sou uma delas, a questão da data a Câmara depois define e coloca no grupo, assim com foi também sobre os estrangeiros, podemos marcar já lá para quarta-feira, colocamos nos grupos, quarta-feira à tarde ou quinta de manhã, pensando nos horários para que a gente possa começar a se organizar e fazer essa deliberação sobre matrículas para os estrangeiros, OK? Então Eu Acredito que era isso, na segunda-feira da semana passada, começamos o curso para gestores para todos aqueles que gostariam de se tornar Diretor ou Diretor Auxiliar na Rede Municipal, ele vai ser classificatório? Vai, como não sabemos ainda se vai ter alteração ou não da lei 940 de diretores, então se abriu um segundo edital para quem não se inscreveu pensando, eu já fui eleito 2 e não vou poder mais porque está se falando que

não vai ter mais reconduções, abre-se para todo mundo ter a oportunidade, quem quer fazer, faz, se houver alteração ele vai dizer que não pode mais, e se não houver a pessoa vai poder fazer e aí pensar, Ah, tá bom, a lei permite ter 2 (dois) eleições, ser eleito em 2 (dois) e ser indicado no outro, mas existe algumas situações que a própria Prefeita pode colocar, quando coloca assim, Ah, pode haver a indicação, aí a prefeita pode, o fator democrático que, digamos, ela diz assim, ó, tem 3 lá na unidade de vocês escolham entre os 3 (três) quem vai ser o diretor e o diretor auxiliar, ela não está indicando diretamente e pela lei do Fundeb falava nessa questão das indicações porque mexe com o VAR, o principal é ter tanto a eleição, e o Curso que está dizendo por causa e dessa classificatória de mérito de desempenho, é muito mais importante que a questão da indicação, aonde ainda tem Prefeito, Secretário, que vão lá fazer esse processo, eu estou dizendo que tem essas 3 (três) aqui e vocês escolhem, a legislação está aceitando porque é possível fazer isso, ele não está indicando diretamente, mas indiretamente ele está dizendo, essas 3 (três) são aptas, então entre elas a própria unidade pode escolher, isso também é colocado e está sendo explicado melhor, mas o FNDE, eu participei da reunião intergovernamental e uma das questões agora é o FNDE e a própria CIF que é essa comissão e o MEC, não conseguem acompanhar se todos os municípios estão cumprindo a legislação na questão eleitoral e fazer as eleições, porque tem município que vai lá, faz a lei e coloca no SIMEC, coloca tudo certinho, mas não cumpre e essas denúncias que a gente está recebendo, uma das sugestões que eu coloquei para a reunião, tenho reunião com eles novamente semana que vem e na próxima, é de que seja incluso na lei que o conselho do Fundeb que acompanhe esses municípios, porque ele pode dizer sim, o meu município está fazendo a eleição, é só colocar e ele valida, através do seu Presidente, porque a reclamação dos Conselhos do Fundeb é que tem ainda Municípios que não estão cumprindo a legislação, que é feita a eleição para os gestores, e pensar que tem, claro, a gente sabe que pode acontecer de que Ah, tem 3 (três) lá, ela Foi maravilhosa na teoria, mas na prática... esse é um grande problema que está chegando, vários municípios também tem essas reclamações.” A Conselheira Maristela diz: “Ana, eu fiquei com uma dúvida nessa questão, se a lei não for alterada, esse curso vai ser um critério para você se candidatar? A Presidente Ana Lucia responde: “Exatamente.” A Conselheira Maristela diz: “OK, que isso é que nós podemos fazer mesmo sem alteração da lei, no entanto, depois para indicação o curso não vai ser critério, né?” A Presidente Ana Lucia responde: “Não, vai ter as classificações das pessoas que vão poder se candidatar e aí claro que nós vamos ter mais candidatos do que vagas para suprir, por exemplo, pode ser que tenha 5 (cinco) pessoas candidatas, mas não teve Quórum, vamos dizer, a Prefeita pode dizer para a comunidade escolar, digamos assim, não precisa ser todos, porque uma das nossas sugestões do conselho foi colocar, por exemplo, perguntar se toda a comunidade de volta, pode trazer o Conselho Escolar, os docentes, e a equipe administrativa podem votar, quem daquelas 5 (cinco) pode ser a Diretora e a Diretora Auxiliar, entendeu? É isso que eu estou dizendo, ela não gostaria, a prefeita não quer indicar, mas essa é uma indicação indireta, ela está colocando e ela pode cumprir o que está dizendo se caso a lei não seja alterada, mas é difícil de colocar porque é um ano de eleições, um ano político, então assim, nós ficamos amarrados em tudo, tanto que as alterações que foram apresentadas nessa reunião para o FUNDEB desse ano, foi fosse cortando, não iria ter tempo de fazer.” A Conselheira Maristela diz: “Se ela não tem esse desejo de indicar, eu não estou entendendo a morosidade de passar e vir essa nova lei, na minha primeira reunião no Conselho Municipal, no início do ano passado, foi a reunião que a gente fez as sugestões, e depois disso pouco foi-se falado, não está tão transparente essa vontade dela de fazer essa lei vigorar, mas tirando isso, só para eu entender, eu não vejo isso tão cristalino, essa vontade dela de alterar essa lei, mas tirando isso, então, continuando a lei na hora que ela for indicar porque vai acontecer, algumas escolas ainda vai precisar usar indicação, não vai levar em conta daquela unidade quem fez o curso ou não, tipo a minha a lá, tenho 3 (três) candidatos, fizeram o curso, se candidatar e não deu quórum, ela chega lá e daí? Como vai se seguir? Como está sendo até agora? Eu quero que a fulana lá que foi a minha amiga do tal tal tal, venha para essa unidade,

é uma indicação livre de qualquer critério, né? Tipo essa indicação dela não vai ter a necessidade de ter feito o curso?” A Presidente Ana Lucia responde: “Vai ter, por causa da lei do FUNDEB.” O Conselheiro Luiz confirma: “O critério é tanto para a mudança da lei, quanto para não mudança da lei.” A Presidente Ana Lucia diz: “Não vai poder ser aquela pessoa que não fez o curso, é isso que você está dizendo? Não porque é critério do FUNDEB e porque nós temos uma eleição, eu sugeri, por exemplo, dizendo para ela que ela pode colocar indiretamente, entendeu? Mas respondendo pra você, o que você falou, eu também pensava assim, mas por que está demorando? Porque não é fácil uma lei, a alteração de lei é mais difícil do que você fazer a lei, ela é mais difícil, e não tem sugestão só do Conselho Municipal de Educação, tem a sugestão da Secretaria de Educação, tem a sugestão do próprio executivo, então tudo tem que passar por um estudo e não é rápido, porque quando for para a Câmara ele tem que estar pronto, então a PGM tem que fazer todos os estudos e independe da vontade do gestor então se não acontecer, porque tem um período eleitoral em que a gente não pode fazer publicação de lei, temos uma legislação vigente e a questão política de eleição dos Prefeitos, até por um respeito, uma questão, para nenhum prefeito, por exemplo, usar de uma lei para se aproveitar e ele poder ser eleito, entendeu? Então tem que ter todo esse cuidado aí.” A Conselheira Maristela coloca: “Tem pessoas que não querem fazer o curso para não se expor que tem vontade, mas estão esperando a indicação.” A Presidente Ana Lucia diz: “Não vai conseguir, não vai poder, até porque nós colocamos lá na lei 940, o artigo IX está dizendo isso, que tem que passar pelos critérios de mérito e desempenho e os critérios mérito e desempenho é o curso de formação, e aí sai o classificatório.” A Conselheira Leila diz: “Ana, eu preciso ir, tenho que buscar minha filha, mas eu queria trazer aqui um problema, aquela questão que eu levei para a Câmara de educação infantil, posso? A Presidente Ana Lucia responde que sim. A Conselheira Leila diz: “A questão da educação em tempo integral estar recebendo alguns filhos de professores, eu gostaria de saber qual é o critério dessa criança já ter a vaga garantida no início de janeiro, antes de começar as aulas? tem essa situação na Escola Padre Pedro Fuss, e veio o pensamento de que isso está acontecendo nas demais também, qual é o critério? Porque essa criança está sendo atendida e outras que talvez precisassem foram deixadas de lado, porque se oferece 20 vagas, já não é mais 20, são 19, porque essa já garantiu a sua mesmo antes de começar as aulas, eu gostaria de trazer para o Conselho e gostaria que o conselho verificasse porque eu não acho justo enquanto mãe, e acredito que a comunidade também não acha justo essa situação, só pelo fato da criança ser filha de professora da unidade ser contemplada e quem realmente precisaria está lá na fila de espera, só complementando, eu levei essa pergunta no grupo do Conselho no dia 3 de janeiro, no dia 3 de janeiro, essa criança já tinha certeza da vaga.” A Conselheira Rosiani responde: “Bom, se só por ser filho de professora ela já tinha vaga, está errado, porque esse não é um dos critérios, pode ser que esta criança, por ser filho de Professor, tenha algum indicativo que se enquadre em algum daqueles critérios, algumas unidades já fizeram no conselho final do ano anterior, uma pré-lista de chamamento para as turmas de tempo integral, então precisa ser visto se essa criança não se encaixa nos outros critérios e por isso ela está lá, mesmo sendo filha de professor ou simplesmente foi garantido desse jeito, é filha de professor, tá lá, tá garantido, se for isso, tá errado.” A Presidente Ana Lucia coloca que já conversou com a diretora do departamento e irá pedir a lista para verificar como que foi feito estes critérios, porque nos critérios do Governo Federal fala das questões de vulnerabilidade, OK, acho que é isso, já está anotado aqui para a gente trazer para a próxima essa denúncia, quero agradecer a presença de todos que se colocaram à disposição, vamos encerrar, muito obrigada. A próxima reunião será 3 (três) de abril, no Colégio Bom Jesus.

Eu, Valdinéia Santos de Lima, lavrei a presente ata e será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.

[Signature]

[Signature]